

MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

PSB-DF lança Cappelli com a bênção de Alckmin



O PSB-DF lança, em 20 de junho, a pré-candidatura de Ricardo Cappelli ao Governo do Distrito Federal (GDF). O evento acontece na Biroscas do Conic e contará com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Cadu Gomes/VPR

Deputadas negam relações ilícitas com BRB-Master

As deputadas distritais Doutora Jane (Republicanos) e Jaqueline Silva (MDB) resolveram vir a público para negar notícias veiculadas na imprensa sobre uma suposta mesada paga pelo Banco Master a deputados distritais, que constaria em um suposto acordo de delação premiada do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa. “Tenho consciência tranquila para dizer que não recebi nada. Já está ficando feio demais, têm pessoas públicas colocando nosso nome na lama. O trabalho que fiz aqui neste Parlamento foi defender um banco que é nosso e carrega a importância de conduzir programas sociais”, disse Jaqueline, ontem, na tribuna da CLDF. “Tenho 20 anos de vida pública, oito de Parlamento e nunca tive nada que me desabonasse. Eu não aceito pagar essa conta porque não participei desse movimento”, completou.

Doutora Jane soltou um vídeo nas redes sociais onde classifica como fake news a informação que circula sobre a tal mesada. “A notícia surgiu de pessoas investigadas, condenadas e presas que, em ano eleitoral, apostam no quanto pior melhor”, disse a distrital. “Tenho 44 anos de serviço público, com carreira limpa e irretocável, nunca sofri qualquer tipo de punição durante a minha trajetória. Sobre o meu voto para a compra do banco, votei com minha consciência de acordo com informações que afirmavam que seria vantajoso para o BRB. Todos os envolvidos devem pagar pelos seus atos. Acredito na Justiça”, acrescentou.



CLDF



Divulgação

Cidadão benemérito

O gestor educacional Rafael Mesquita Lopes recebeu, na última semana, o título de Cidadão Benemérito de Brasília. A honraria é concedida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) a pessoas que realizaram atos de relevante interesse social em favor da população, geralmente cidadãos nascidos no DF. O deputado responsável pela concessão da honraria foi Thiago Manzoni (PL).

Rafael é pró-reitor da Universidade Brasil, tendo atuado como reitor do UniCeub por dois anos. Ele também é autor do livro *Transformação educacional*, onde compartilha a própria visão sobre a reinvenção contínua do ensino superior.

Agência CLDF



DPDF



Defensor toma posse e lança nova marca da DPDF

O novo defensor público geral do DF, Reinaldo Rossano, tomou posse, na segunda-feira, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Rossano foi empossado na mesma semana em que se comemora o Dia Nacional da Defensoria Pública e aproveitou para lançar a nova identidade visual da Defensoria Pública do DF (DPDF), que simboliza uma nova fase institucional voltada à maior proximidade com a população e ao fortalecimento do acesso à Justiça.

TCDF debate saúde pública

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) realiza, entre 22 e 23 de junho, a 3ª Maratona Temática sobre saúde pública. O encontro traz como tema “Soluções em saúde pública: compartilhando práticas de sucesso” e abordará assuntos como governança, uso de dados para tomada de decisão, redução de filas, construção de unidades de saúde, etc. O público-alvo são profissionais da saúde pública, servidores e gestores públicos, representantes de órgãos de controle e do Ministério Público. Também podem participar pesquisadores, professores e estudantes. As inscrições podem ser feitas on-line no site da Escola de Contas do TCDF.

Distrital lança livro

Em 10 de junho, o deputado distrital Max Maciel (Pso) lança, no Paradeiro (309 Norte), às 18h, o livro *Filhos do pó vermelho* (Avá Editora), um romance que mergulha nas vivências das periferias do Distrito Federal. O pano de fundo do livro é a desigualdade social e a violência urbana vivida nas periferias. A história é ambientada em uma periferia fictícia do DF, denominada Nova Alvorada.

“Esse livro nasceu das histórias que ouvi durante muitos anos dedicados ao trabalho social. Histórias de mães, trabalhadores, jovens, artistas, pessoas que enfrentavam a violência e a ausência do Estado, mas ainda encontram força para sonhar”, afirma o autor.

Ed Alves CB/DA Press



Presidente do BC fala em solução

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, detalhou, ontem, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, os caminhos normalmente adotados por instituições financeiras em cenários de dificuldade. Sem citar diretamente o BRB, Galípolo respondeu aos questionamentos da senadora Leila do Vólei (PDT-DF), que demonstrou preocupação com o futuro dos funcionários do banco.

Segundo o presidente do BC, a solução para problemas de patrimônio de um banco passa por aporte de capital por parte dos acionistas, entrada de novos investidores ou venda de ativos com ganho financeiro, o que ocorre quando a instituição consegue vender seus ativos com ágio, situação considerada rara em cenários de instabilidade. “Se vender ativos com deságio ou ao par, o patrimônio piora ou fica igual. Só consegue melhorar o patrimônio vendendo com ágio, o que não é muito comum quando a instituição está precisando de recursos”, afirmou Galípolo.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

BRB-MASTER/ Proposta enviada à Câmara Legislativa pela governadora Celina Leão, que revoga negociação entre os bancos, vai para análise jurídica após deputados distritais questionarem a real necessidade da medida

Parlamentares adiam votação

» CARLOS SILVA

O projeto de lei enviado pela governadora Celina Leão (PP) para revogar a autorização legislativa que permitia ao Banco de Brasília (BRB) adquirir participação no Banco Master ainda não tem data para ser votado na Câmara Legislativa (CLDF). Em reunião realizada ontem, o Colégio de Líderes da Casa decidiu encaminhar a proposta para análise da Consultoria Legislativa, responsável por avaliar os aspectos técnicos e jurídicos do texto antes que ele seja submetido ao plenário.

A decisão foi tomada em meio a questionamentos de deputados distritais sobre a necessidade e a eficácia da nova proposta. Isso porque a autorização concedida anteriormente pela CLDF para a operação entre os bancos perdeu seu objeto após o Banco Central do Brasil decretar a liquidação da instituição privada. Na avaliação de parlamentares, a revogação pode ter caráter mais formal do que prático, servindo apenas para adequar o ordenamento jurídico do Distrito Federal à situação atual.

Durante a sessão plenária, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) criticou duramente a iniciativa do Executivo. Segundo ele, não haveria razão para que a Câmara apreciasse uma proposta destinada a desfazer uma autorização que, na prá-

Divulgação/CLDF



Em reunião ontem, proposta foi para análise da Consultoria Legislativa, responsável por avaliar os aspectos técnicos e jurídicos do texto

tica, não produz efeitos. “Essa Câmara precisa devolver esse projeto. É uma estupidez”, afirmou o parlamentar, sustentando que a própria inviabilização do negócio tornou a medida desnecessária.

O petista também reiterou críticas à tentativa de aquisição do Banco Master pelo BRB, operação que gerou forte repercussão política e questionamentos sobre os riscos financeiros envolvidos. Para Chico Vigilante, o episódio represen-

tou um grave prejuízo ao DF e deve continuar sendo objeto de apuração pelos órgãos competentes. Questionados pela reportagem, parlamentares da base governistas preferiram não comentar.

Já o presidente da CLDF, Wellington Luiz (MDB), afirmou que a primeira alternativa discutida entre os parlamentares é a retirada do projeto enviado pela governadora. “Caso a governadora entenda que não cabe isso, nós vamos discutir inter-

namente o que faremos”, declarou, acrescentando que, entre os distritais, predomina o entendimento de que a proposta teria pouco efeito concreto, uma vez que a operação foi inviabilizada.

O projeto foi protocolado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) em regime de urgência na última quinta-feira (14). A proposta anula os efeitos da Lei nº 7.739/2025, aprovada no ano passado, que autorizava o banco público do DF a

comprar 49% das ações ordinárias e a totalidade das ações preferenciais do Banco Master. O envio do texto faz parte do processo de reorganização financeira do BRB, que inclui venda de ativos e aportes de recursos para reforçar a situação de caixa da instituição.

Com o encaminhamento à Consultoria Legislativa, caberá aos técnicos da CLDF avaliarem se a revogação é juridicamente necessária e se a matéria mantém relevância nor-

mativa diante do fracasso da operação. Somente após a emissão desse parecer o Colégio de Líderes deverá decidir se o projeto seguirá para votação em plenário.

Repúdio

A sessão também foi marcada por uma intensa insatisfação dos deputados, por conta do requerimento aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, de autoria da senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que pede à Procuradoria-Geral da República o compartilhamento de informações sobre uma eventual delação premiada do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa.

Parlamentares classificaram a iniciativa como uma tentativa de ampliar a crise política em torno da operação entre o BRB e o Banco Master e manifestaram preocupação com o uso de informações ainda protegidas por sigilo judicial. O deputado distrital Daniel de Castro (PP) afirmou ter se sentido pessoalmente atingido e acusou Damares de colocar sob suspeita a honra dos deputados distritais. “A senadora atacou a honra desta Casa. Se porventura houver alguém que tenha cometido algum ilícito, que responda. Mas a senadora é advogada e sabe que vigora sobre todos nós o princípio da inocência”, declarou.